



## **ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DA CGU NOS ÚLTIMOS MESES E PERSPECTIVAS PARA 2020**

A quinta edição do boletim CGU Internacional contempla os meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Dentre os encontros realizados, observa-se forte atuação da Controladoria-Geral da União (CGU) em grupos de trabalho e redes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de presença em eventos educacionais de prestígio. Os textos submetidos pelos servidores participantes demonstram o comprometimento da Casa com os temas discutidos em matéria de governança, integridade, controle, regulação, transparência e combate à corrupção.

São esperados importantes eventos para o ano de 2020. A Assessoria Internacional chama a atenção para um deles, que terá continuidade ainda no primeiro trimestre e que já conta com amplo apoio das Secretarias da CGU e de cerca de 15 órgãos da Esplanada. Trata-se do Segundo Ciclo de Avaliação do Brasil no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). No último dia 22 de janeiro, o Brasil enviou resposta ao questionário auto avaliativo sobre os Capítulos II (Medidas Preventivas) e V (Recuperação de Ativos) da UNCAC, que configura a primeira etapa do processo, coordenado pela CGU.

A segunda etapa da avaliação consiste em visita in loco ao Brasil dos peritos dos países avaliadores (Portugal e México) e da equipe do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que ocorrerá nos dias 31 de março, 1 e 2 de abril de 2020, no auditório da CGU. As áreas técnicas da CGU e demais parceiros também serão convidados a participar das reuniões com os peritos, que tirarão dúvidas ou solicitarão esclarecimentos adicionais às informações prestadas no questionário auto avaliativo. O processo finalizará com a elaboração de dois documentos pelo UNODC: o Sumário Executivo e o Relatório do Brasil, os quais deverão ser divulgados ainda em 2020. As próximas edições do boletim trarão atualizações sobre o Segundo Ciclo de Avaliação da UNCAC.

Além disso, a CGU continuará a acompanhar os foros tradicionais e grupos de trabalho correlatos mantidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Grupo dos 20 (G20), além da ONU. Adicionalmente, buscará aproximação bilateral para o aprimoramento da cooperação técnica e para o compartilhamento de boas práticas, além de apoio junto a organismos internacionais para projetos estratégicos.

Como mencionado, as notícias desta edição foram fruto das contribuições dos participantes da CGU em eventos internacionais dos últimos três meses. A Assessoria Internacional permanece à disposição para receber sugestões e textos para o boletim por meio do e-mail [assessoria.internacional@cgu.gov.br](mailto:assessoria.internacional@cgu.gov.br) e deseja a todos um novo ano de excelentes trabalhos e realizações.

---

## NOTÍCIAS

### ***VISITA TÉCNICA DE DELEGAÇÃO DA INSPEÇÃO DA SAÚDE DE MOÇAMBIQUE À SFC (Brasília, Brasil, 11-14 de novembro)***

Entre os dias 11 e 14 de novembro, a Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), por intermédio da Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Saúde (CGSAU), recebeu delegação da Inspeção da Saúde de Moçambique. O objetivo da visita foi conhecer a forma de atuação da CGU na avaliação de políticas públicas da área de Saúde, bem como do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em complemento, para oferecer à delegação uma visão da gestão hospitalar, foi realizada visita técnica ao Hospital Universitário de Brasília, com a presença da Auditoria Interna do HUB/UnB e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

O evento ocorreu nas dependências da CGU em Brasília, onde foram apresentadas palestras sobre a metodologia de avaliações de políticas públicas da SFC, contextualização sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), utilização de dados para subsídio dos trabalhos da CGSAU e resultados alcançados. Além disso, foram realizadas visitas ao Denasus, Anvisa e HUB/UnB, que complementaram com uma visão de acompanhamento e de gestão de políticas de Saúde.



*A delegação moçambicana em reunião na CGU com dirigentes da SFC.*

As atividades contaram, com a presença do secretário adjunto da SFC, Gustavo de Queiroz Chaves, do diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública, José Paulo Julieti Barbieri, Coordenador da CGSAU, Alexandre Gomide Lemos, dos auditores Adalberto Felinto e Rodrigo Eloy Arantes, da CGSAU, do inspetor-geral de Saúde de Moçambique, Martinho Dgedge, além de mais 5 integrantes da delegação moçambicana e demais palestrantes da CGU, Denasus, Anvisa e HUB/UnB. O encerramento do evento contou também com a presença do consultor da Embaixada de Moçambique em Brasília (DF), Arlindo Carlos.

“A visita possibilitou intensa troca de conhecimentos sobre os Sistemas de Controles Internos e de Saúde dos países, além de ser uma oportunidade para discussões sobre técnicas de planejamento, execução e monitoramento das fiscalizações realizadas”, destacou Alexandre Gomide, Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Saúde.

## FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

### **OCDE - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA – SPIO (Paris, França, 4 e 5 de novembro de 2019)**

A Reunião do SPIO (*Meeting of Working Party of Senior Public Integrity Officials*) contou com a participação da Coordenação-Geral de Integridade Pública da Diretoria de Promoção da Integridade, por meio da Coordenadora-Geral, Carollina Carballido e da servidora Ana Maria Duarte Guimarães, bem como do Diretor de Prevenção à Corrupção, Márcio Denys Gonçalves e do Coordenador-Geral de Inovação, Temístocles Murilo de Oliveira Junior, todos da Secretaria de Transparência e Prevenção à Corrupção.

O SPIO é o grupo de Trabalho da OCDE cujas reuniões e eventos permitem atualização nos temas sobre integridade pública e troca de experiências com demais países, bem como maior aderência às recomendações da Organização. Foram dois dias de apresentações e sessões interativas envolvendo os países membros da OCDE, bem como países participantes do SPIO, como o Brasil, com foco na aprovação do Manual de Integridade Pública (*Integrity Handbook*), com os 13 princípios da Recomendação sobre Integridade Pública do Conselho da OCDE, de 2017 e na aprovação dos indicadores de Integridade Pública para apoiar os países na implementação da Recomendação.

Na reunião, os delegados tiveram a oportunidade de discutir o rascunho completo do Manual de Integridade Pública e fornecer feedback sobre as orientações contidas naquele documento, para aplicar os princípios na prática e direcionados à realidade de cada país. Os delegados discutiram também os indicadores de Integridade Pública para os Princípios 3, 7, 10, 11, 12 e 13.

Também, a reunião apresentou ferramentas inovadoras para apoiar os delegados na conscientização e no fortalecimento na área de capacitações sobre integridade e dilemas éticos, além de ter possibilitado uma discussão sobre o papel dos órgãos consultivos de integridade.

Nas mesas-redondas, os delegados discutiram as oportunidades e os desafios emergentes para garantir a transparência e a integridade das decisões públicas, abordando a questão das agendas abertas de autoridades e a regulamentação das atividades de representação de interesse (lobby).

Foi apresentada a iniciativa da CGU na regulamentação das atividades de Lobby, pontuando-se a situação atual, no tocante ao credenciamento prévio dos lobistas; a publicidade da agenda de reuniões entre autoridades ou servidores e grupos de

interesse em todos os níveis hierárquicos; e a vedação ao recebimento de presentes ou qualquer tipo de benefício por parte dos servidores e agentes públicos.

Ao final do encontro, os delegados foram convidados a participar do projeto piloto sobre indicadores de integridade pública, do qual a CGU fará parte, a partir de 2020, por meio da Coordenação-Geral de Integridade Pública - CGIPUB.

### ***OCDE - 12ª REUNIÃO DA REDE DE REGULADORES ECONÔMICOS E 21ª REUNIÃO DO COMITÊ***

#### ***DE POLÍTICA REGULATÓRIA***

***(Paris, França, 5-7 de novembro de 2019)***

A CGU participou nos dias 05, 06 e 07 de novembro da 12ª reunião da Rede de Reguladores Econômicos (*Network of Economic Regulators – NER*) e da 21ª reunião do Comitê de Política Regulatória (*Regulatory Policy Committee – RPC*), realizadas na sede da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, na França. As reuniões promovem a discussão de temas relacionados à melhoria da qualidade regulatória, como: independência dos reguladores, mudanças comportamentais no processo de regulação, avaliação de desempenho dos reguladores, cooperação regulatória internacional, princípios da regulação baseada em evidência, papel do legislativo na política regulatória, análise de impacto regulatório, avaliação ex post regulatória e regulação de tecnologias emergentes.

Além da CGU, representada pelo servidor Eduardo Vitor de Souza Leão, da Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Transportes, Portos e Aviação Civil, da Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura (CGTRAN/DI/SFC), a delegação brasileira reuniu servidores da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE/ME), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Água (ANA), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



*O servidor Eduardo Vitor de Souza Leão representou a CGU nas reuniões da NER e do RPC.*

A participação nos eventos proporcionou conhecimento, discussão e troca de experiências com os membros dos países da OCDE como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Austrália, bem como com países que compõem a Rede Ibero-Americana de Melhoria da Qualidade Regulatória sobre as boas práticas implementadas. Também foi possível realizar uma reunião com o embaixador Carlos Márcio Cozendey, delegado do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas em Paris, sobre o processo de acesso do Brasil à OCDE.

Mais importante ainda foi a oportunidade de apresentar à Divisão de Política Regulatória do Comitê de Política Regulatória o projeto de Avaliação da Capacidade Institucional Regulatória (I-CIR), em desenvolvimento na CGU em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), a metodologia e os resultados dos pilotos, com intuito de obter a contribuição da organização, tanto sobre o projeto como apoio junto a financiadores externos ao projeto.

Na oportunidade, a OCDE se mostrou interessada pelo projeto, solicitando toda a documentação (metodologia, indicadores, questionário, etc.) e sugerindo nova interlocução para discussão sobre como pode contribuir. A percepção é de que o projeto é inovador, ambicioso e que pode trazer inputs para avaliações comparativas com outros países membros da Organização. Além disso, solicitou que os resultados sejam apresentados na próxima reunião da Rede de Regulação, em novembro de 2020.

A Rede de Reguladores Econômicos promove o diálogo entre mais de 70 reguladores de todo o mundo que operam em diferentes setores. Os membros da NER compartilham experiências, desafios e soluções inovadoras. Já o Comitê de Política Regulatória é uma plataforma que tem como objetivo auxiliar os países a adaptar políticas, ferramentas e instituições reguladoras. No âmbito do Comitê são discutidos temas como simplificação administrativa, conformidade regulatória, análise de impacto regulatório, transparência e comunicação, e alternativas à regulação.

Esta foi a primeira participação da CGU nas reuniões da NER e do RPC. Essa participação contribuirá ainda mais com o fomento à melhoria regulatória nos órgãos reguladores no Brasil, seja por meio do projeto supramencionado ou pelo papel de relevância no centro de governo, por exemplo no Comitê Interministerial de Governança (CIG).

**OCDE – 60ª SESSÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA PÚBLICA  
(Paris, França, 14-15 de novembro de 2019)**

Nos dias 14 e 15 de novembro de 2019, ocorreu a 60ª Sessão do Comitê de Governança Pública - PGC (*Public Governance Committee*) da OCDE, que congrega diferentes grupos temáticos ligados à governança pública. Atualmente, os temas em foco no PGC são: inovação no serviço público; avaliação de políticas públicas; *lobbying*; conflito de interesses; integridade; riscos; funcionalismo; infraestrutura; acesso à justiça; e política de gênero na administração pública.

Esta última sessão contou com a participação da auditora Maria Fernanda Colaço Alves, lotada na Coordenação-Geral de Inovação de Prevenção à Corrupção (CGINOVA) da Diretoria de Prevenção da Corrupção (DPC) da STPC, bem como de representantes da Casa Civil e do Ministério das Relações Exteriores.

O primeiro destaque da sessão foi a discussão do documento de proposta de uma “Estrutura para Boa Governança Pública”, que reforça o significado de boa governança, relacionando-o aos valores da democracia, Estado de Direito, respeito aos direitos humanos, transparência, economia de mercado, ética e integridade. Por meio desse documento, busca-se enfatizar que a boa governança não compreende apenas produzir resultados, mas também a forma como se chega a eles, com foco na ética e na integridade em todas as ações. Para tanto, a estrutura proposta consolida diversas fontes e normas sobre boa governança, servindo como material de consulta para organizações governamentais que atuam na coordenação e avaliação de políticas públicas.

Outro destaque na sessão referiu-se à posição reiterada pela necessidade de se aprimorar o uso de evidências para formulação e avaliação de políticas públicas, assunto que atravessou as diversas pautas de discussão. Entre os representantes da OCDE e dos países participantes reverberou-se a ideia sobre a dificuldade de se gerenciar o que não se consegue mensurar, destacando-se a urgência atribuída à ampliação da qualidade e do uso de dados mensuráveis na administração pública. Muitos desafios e gargalos foram debatidos e os trabalhos sobre o tema continuarão nas próximas sessões.

Verificou-se ainda tendência de reforço nas recomendações e esforços pelo aperfeiçoamento de metodologias para o desenvolvimento e melhoria de indicadores para o setor público, enfatizando-se a importância do uso de surveys para coleta de dados junto a cidadãos e agentes públicos. O foco desse aperfeiçoamento estaria voltado principalmente para a avaliação de resultados e impactos, além da qualidade do serviço público. Também foi discutida proposta de normatização do compartilhamento de dados e salvaguarda de direitos no uso de informações de cidadãos pelo setor público.

Foi ainda apresentado o documento intitulado “Panorama das Administrações Públicas”, que representa uma das principais publicações internacionais em análise comparada sobre o setor público. O Brasil figura na publicação regional sobre a América Latina e Caribe, cuja próxima edição será lançada em 2020.

## ***CPLP – IX CONFERÊNCIA ANUAL DOS ORGANISMOS ESTRATÉGICOS DE CONTROLE INTERNO***

***(Brasília, Brasil, 26-28 de novembro de 2019)***

Anualmente, os países constituintes dos Organismos Estratégicos de Controle Interno da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OEI-CPLP) participam de Reuniões Técnicas e uma Conferência com o objetivo de trocar experiências e boas práticas, visando a elaboração de documentos relacionados à temática da auditoria interna governamental e ao desenvolvimento profissional de seus auditores.

Em 2019, o país anfitrião dos eventos foi o Brasil, conforme acordado no “Memorando de Luanda”, assinado em 2018. Coube a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) sediar e organizar duas Reuniões Técnicas e a IX Conferência Anual dos OEI-CPLP.

Nesse contexto, no dia 26 de novembro, foi realizada a segunda Reunião Técnica dos membros para a finalização dos documentos: “Guia de Planejamento/Planeamento e Execução de Auditoria” e “Memorando de Brasília”. Nos dias 27 e 28, no Palácio do Itamaraty, teve lugar a IX Conferência Anual dos OEI-CPLP com a participação de representantes dos seguintes países: Angola; Brasil; Cabo Verde; Moçambique e Portugal.

A abertura foi realizada pelo Embaixador Marcos Raposo Lopes da Ciset do Ministério de Relações Exteriores e pelo Secretário-Executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho. Na sequência, o Secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Bezerra Leonel, deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou a importância da realização dos eventos dos OEI-CPLP.

Durante a IX Conferência, os países apresentaram, em linhas gerais, a forma como planejam e executam auditorias e ressaltaram a importância do alinhamento às normas e boas práticas internacionais no desempenho da atividade de auditoria. Como resultado da Conferência, estabeleceu-se o compromisso de adotar o “Guia de Planejamento/Planeamento e Execução de Auditoria” como referencial técnico, com as adaptações que forem necessárias face às especificidades de cada país, e de encaminhar eventuais contribuições de atualização ao Grupo Técnico Permanente, unidade responsável por reunir, sistematizar e difundir as contribuições recebidas.

Foi aprovado também o “Memorando de Brasília” que estabelece a responsabilidade de Cabo Verde para sediar e organizar os eventos dos OEI-CPLP em 2020. O tema a ser tratado na X Conferência Anual de 2020 será “O Controle das Aquisições Públicas”.

O encerramento contou com a presença do Ministro da CGU, Wagner de Campos Rosário, do Embaixador Marcos Raposo Lopes da Ciset do MRE; do Secretário-Executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho, e do Secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Bezerra Leonel.



*Dirigentes da CGU e os delegados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal no encerramento da Conferência.*

Os documentos aprovados na Conferência estão disponíveis em <https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/handle/1/273>

***OCDE – 2º ENCONTRO DA REDE DE GOVERNOS ABERTOS E INOVADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE e ENCONTRO DOS PONTOS DE CONTATO DA AMÉRICA LATINA PARA A PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO (Cali, Colômbia, 26-28 de novembro de 2019)***

Entre os dias 26 e 27 de novembro de 2019, foi realizado o 2º Encontro da Rede de Governos Abertos e Inovadores da América Latina e do Caribe da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), iniciativa que o Brasil co-preside com o Governo da Colômbia. No primeiro encontro da Rede após o tema de Governo Aberto ter sido incorporado às atividades do Comitê de Governança Pública da OCDE, foram discutidos temas relativos à incorporação da política de governo aberto no centro de governo, desafios para um modelo de Estado Aberto, governo digital, abertura de dados, combate à corrupção, entre outros temas.

O Diretor de Transparência e Controle Social da CGU, Otávio Neves, apresentou a experiência brasileira com transparência para a promoção da integridade e o combate à corrupção, enfatizando casos concretos a partir do Portal de Transparência e da Política de Dados



Abertos. Também moderou o painel sobre dados abertos governamentais para a promoção de governos abertos e íntegros.

Além dos países da região, estavam presentes representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), do Open Data Charter, da Parceria para Governo Aberto (OGP), além de representações de governos locais, como a prefeitura de São Paulo.

No dia 28, foi realizado encontro dos Pontos de Contato da América Latina para a Parceria para Governo Aberto, no qual se promoveu troca de experiências com os países da reunião, ofertou-se oficina sobre o desenho de compromissos de governo aberto e se discutiu com a unidade de apoio da OGP possíveis melhorias no funcionamento da instituição internacional. Também nesta data a OCDE realizou reunião sobre comunicação pública e governo aberto, da qual a CGU participou como ouvinte.

***ONU – OITAVA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO - COSP (Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, 16-20 de dezembro de 2019)***

O ministro Wagner Rosário chefiou a delegação do Brasil que participou da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). O objetivo do encontro, que ocorre a cada dois anos, foi a troca de experiências entre os países sobre prevenção e combate à corrupção, bem como o alcance do desenvolvimento sustentável em relação ao tema. Além de servidores da CGU, também fizeram parte da delegação representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores e do Tribunal de Contas da União.



*O ministro Wagner Rosário proferindo discurso na plenária da Conferência.*

O encontro promoveu o debate de 15 resoluções propostas por diversos países. Dentre elas, o Brasil, por iniciativa da CGU, propôs a resolução “Promoting integrity in the public sector among States parties to the United Nations Convention against Corruption”. Durante sua negociação, 15 países co-patrocinaram o documento, que, dentre outras disposições, conclama todos Estados Partes a estabelecer “... programas de integridade customizados para órgãos públicos que sejam compatíveis com seu tamanho, complexidade, estrutura e área de atuação, com vistas a criar um arcabouço para prevenir, detectar e impedir atos de corrupção” (ponto operativo 2 da Resolução 8/3, disponível em [https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/COSP/session8/Advance\\_unedited\\_resolutions\\_final.pdf](https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/COSP/session8/Advance_unedited_resolutions_final.pdf)).

Outro destaque na Conferência foi a assinatura de Memorando de Entendimento entre a CGU e a Agência Francesa Anticorrupção (AFA), no qual os órgãos se comprometem à troca de experiências e boas práticas na promoção da integridade tanto no setor público quanto no setor privado, além de assistência técnica para atividades operacionais.

Além disso, a convite da AFA, a CGU aderiu à Rede de Autoridades de Prevenção à Corrupção, existente no âmbito do Conselho da Europa, com o objetivo de promover a troca de informações, inteligência e boas práticas entre as autoridades signatárias. Já assinaram até o momento Itália, França, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Estônia, Grécia, Montenegro, Romênia, Sérvia, República da Eslováquia, Eslovênia, Ucrânia, Albânia, Moldávia, Dinamarca, Benin, Jordânia, Marrocos, Macedônia e Tunísia.

A cobertura completa da Missão está disponível em <https://cgugovbr.sharepoint.com/sites/IntraCGU/SitePages/Wagner-Rosário-chefia-delegação-brasileira-em-evento-da-ONU.aspx>.

## EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

### **SCCE – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA BASIC COMPLIANCE & ETHICS ACADEMY (Buenos Aires, Argentina, 11-14 de novembro de 2019)**

O servidor Gustavo Tardelli, da Diretoria de Acordos de Leniência, participou do programa de educação continuada *Basic Compliance & Ethics Academy* promovido pela *Society of Corporate Compliance and Ethics* (SCCE), na cidade de Buenos Aires, na Argentina, entre os dias 11 a 14 de novembro de 2019.

A SCCE é uma das mais prestigiadas organizações de capacitação e certificação em matéria de *compliance* com atuação internacional. O programa *Academy* ocorre em variadas cidades ao redor do mundo a cada ano, direcionado a profissionais de *compliance*, proporcionando aos seus participantes treinamento especializado orientado para profissionais com atuação nas áreas de *compliance* e programas de integridade, gerenciamento de risco, auditoria e advocacia de conformidade. Um dos diferenciais do treinamento é o acesso a informações mais recentes das práticas de conformidade adotadas por profissionais no mundo.

A capacitação permitiu aprofundar os conhecimentos em matéria de *compliance* e ética organizacional e tomar ciência a respeito das melhores práticas aplicadas no meio empresarial em termos internacionais. O estudo a respeito dos melhores fundamentos e práticas de *compliance* teve o objetivo de dotar o servidor de conhecimentos específicos para a adequada

análise das informações sobre os procedimentos e documentação de *compliance* adotados por empresas proponentes de acordos de leniência, de modo a avaliar a relevância e confiabilidade de informações fornecidas pelas empresas durante a fase de negociação desses acordos.

A CGU leva em consideração a existência e a aplicação de programas de integridade de pessoas jurídicas que tenham praticados atos contra a administração pública para a dosimetria das sanções da Lei Anticorrupção, além disso a adoção ou aperfeiçoamento desses programas constitui disposições específicas dos acordos de leniência. Trata-se de uma abordagem moderna para a construção de uma estratégia integral de prevenção e combate à corrupção, que extrapola os limites da ação estatal. Do ponto de vista preventivo, o fomento ao comprometimento das empresas em adotar condutas éticas e com o funcionamento de estruturas gerenciais voltadas ao cumprimento normativo (“fazer a coisa certa”) implica uma melhoria no ambiente de negócios no que diz respeito à inibição de práticas ilícitas. Por outro lado, sob a ótica da repressão, um elemento essencial nos programas de integridade é justamente o canal de denúncias, a partir do qual pode ser dada ciência às instâncias competentes de atos eventualmente ilícitos ocorridos no âmbito das empresas, para as medidas sancionatórias pertinentes.

O curso contemplou tópicos relacionados a procedimentos para implementação de programas de compliance e de ética organizacionais efetivos, discorrendo sobre elementos da infraestrutura de compliance, gerenciamento de riscos, investigação de desconformidades, auditoria e monitoramento e avaliação de programas de integridade.

***ENAP/UNIVERSIDADE DE ROMA TOR VERGATA – CURSO BOAS PRÁTICAS EM COMPRAS PÚBLICAS  
(Roma, Itália, 18-22 de novembro de 2019)***

Entre os dias 18 e 22 de novembro, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos Latino Americanos da Universidade de Roma Tor Vergata, realizou o curso “Boas Práticas em Compras Públicas: Conhecendo a experiência europeia para refletir o Brasil”, em Roma.

A capacitação faz parte do Programa de Formação de Altas Lideranças do Executivo Federal, com foco nos mecanismos mais exitosos de compras governamentais da União Europeia (incluindo o Reino Unido e a Organização Mundial do Comércio) e, a partir disso, induz a reflexão sobre a realidade brasileira. A servidora Léa Marques Oliveira, da Secretaria Federal de Controle, representou a CGU no evento.



A servidora Léa Marques em visita à  
National Anti-Corruption Authority da Itália.

Este programa avançado de capacitação tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de competências com foco na gestão de organizações complexas, no desenho de políticas públicas inovadoras e no mapeamento de novos instrumentos para tomada de decisão. Contempla atividades no Brasil e no exterior, baseadas em metodologia prático-reflexiva, onde a experiência do sujeito é fonte de produção de conhecimentos a partir do diálogo como instigador da reflexão sobre a práxis.

O curso visou estimular o estudo em nível internacional e comparado das boas práticas em compras públicas, e viabilizar reflexão acerca do papel da Administração Pública para alcançar resultados efetivos. O evento de capacitação contou com palestras e visitas a instituições do governo italiano, com vistas a apresentar aos participantes os pontos

práticos do sistema italiano e europeu na área de compras públicas.

Um dos pontos altos do evento foi a visita realizada na *National Anti-Corruption Authority* (ANAC), oportunidade em que foi apresentada a atuação da autoridade administrativa independente italiana encarregada de combater a corrupção no país.

### ***L'ENA – PROGRAMME INTERNATIONAL COURT – “FIGHTING CORRUPTION IN 2019” (Paris, França, 10-20 de dezembro de 2019)***

O servidor Dielson Claudio dos Santos, da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo (CGU/R-ES), participou da capacitação promovida pela *l'École Nationale d'Administration* (l'ENA), denominada *Programme International Court – “Fighting Corruption in 2019”*, realizado na cidade de Paris (França), entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2019.

A capacitação foi patrocinada pelo Governo Francês e contou com a presença de 45 participantes de 22 países, sendo dois participantes brasileiros. Houve palestras de representantes da Agência Anticorrupção da França, Interpol, GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Polícia da França, dentre outros.

O objetivo do treinamento foi, além do compartilhamento de experiências entre os participantes do curso que atuam na defesa do patrimônio público, adquirir e consolidar conhecimentos sobre o combate à corrupção; desenvolver habilidades acerca da detecção de corrupção, conhecer sobre ações internacionais de combate à corrupção, fortalecer o entendimento sobre ferramentas de prevenção e avaliação de risco, e mobilizar outras partes interessadas sobre a necessidade de envolvimento no combate à corrupção.”



*O servidor Dielson Claudio dos Santos em suas aulas na L'ENA.*

Dentre alguns dos temas apresentados durante a capacitação, podemos destacar os resultados de trabalhos e estudos decorrentes de ações da OCDE. De acordo com Lise NEE, Agente da Divisão Anticorrupção da Organização, a importância da cooperação entre agências de defesa do patrimônio público no nível doméstico e internacional é fundamental, sendo necessário garantir a cooperação no

compartilhamento de informações entre as autoridades nacionais relevantes, tais como agentes de regulação financeiros, autoridades fiscais e policiais, bancos, inclusive, utilizando-se de canais de cooperação informais.

Alguns dos resultados apresentados em números do “Foreign Bribery Report” (OCDE, 2014) informam: 184 empresas e 560 indivíduos foram sancionados por suborno estrangeiro em 17 Estados Partes; 125 indivíduos foram condenados à prisão; 500 investigações estavam em andamento em 30 Estados Partes; foram apresentadas acusações criminais contra 146 indivíduos e 9 empresas em 11 Estados Partes. Ressalte-se que esses números são de 2014, ano do último relatório sobre suborno estrangeiro.

Destacou-se também que 2/3 dos casos de corrupção ocorrem em quatro setores: Extração; Construção; Transporte; Comunicações e Tecnologia da Informação. Também 2/3 dos casos envolveram países desenvolvidos. Além disso, 53% dos casos de corrupção envolviam participação de corpo diretivo das empresas, inclusive CEO's e 57% dos casos estavam relacionados a suborno para obtenção de contratos públicos.

Por fim a representante da OCDE, concluiu que *“os setores comercial e financeiro têm um papel fundamental a desempenhar na melhoria da integridade e responsabilidade corporativa, promovendo o crescimento por meio de um ambiente propício à atração de investimentos estrangeiros. As empresas enfrentam sérios riscos legais e consequências de reputação ao se envolverem em suborno. O suborno também é estrategicamente uma má decisão para as empresas pois:*

- *Aumenta o custo de fazer negócios;*
- *Cria incerteza nos negócios; e*
- *Dificulta a inovação”.*

### **BETT SHOW LONDON**

***(Londres, Reino Unido, 19-25 de janeiro de 2020)***

Entre os dias 19 e 25 de janeiro, a Coordenadora-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social – Substituta, Larissa Andrade, e a Chefe de Divisão da Área de Educação Cidadã, Audria



As servidoras Larissa Andrade e Audria Constantin em visita à Danesfield School.

Constantin, participaram da programação exclusiva da Delegação *Bett Brasil & Microsoft* na edição 2020 da *Bett Show London*.

A *Bett Show (British Educational Training and Technology Show)* é o maior evento mundial de educação e

tecnologia, o qual sedia uma feira com as maiores empresas de tecnologia do mundo, incluindo as Startups mais inovadoras, apresentando seus produtos e apontando tendências na área educacional. Conta, também, com seminários para o debate de sistemas e práticas educacionais de vários países.

O evento é destinado a gestores de instituições de ensino (desde a escola infantil até universidades), professores e reitores, representantes de governo, ONGs, profissionais de tecnologia da informação, especialistas em ensino a distância e estudantes.

Um dos destaques da programação incluiu a visita à *Danesfield School*, uma escola para crianças entre 4 a 11 anos considerada uma das mais inovadoras da Inglaterra. As servidoras presenciaram o ensino e a aprendizagem em ação e conversaram com professores e alunos. Houve também uma apresentação da diretora da escola sobre o impacto do *Microsoft Education* nas salas de aula e como a escola usou a tecnologia de maneira criativa para impactar o desempenho dos alunos e professores.

Durante a realização da Bett Show, as servidoras reuniram-se ainda com os organizadores da edição brasileira do evento – Bett Educar para tratar das melhores estratégias para organização e divulgação do estande que a CGU provavelmente terá na próxima Bett Educar, que acontecerá em São Paulo, entre os dias 12 e 15 de maio deste ano, para apresentar todos os materiais desenvolvidos no âmbito da universalização e ampliação do Programa Um Por Todos e Todos Por Um em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Instituto Cultural Mauricio de Sousa (IMS).

## EVENTOS FUTUROS

### Gabinete do Ministro

---

#### FEVEREIRO

3-6

Riade, Arábia Saudita

G20 – Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção.

**25-27**

Nicósia, Chipre

ONU – Segundo Ciclo de Avaliação do Chipre no âmbito da Convenção da ONU contra a Corrupção – visita *in loco* dos países avaliadores (Brasil e Micronésia).

**27-29**

Washington D.C., Estados Unidos

VI Encontro de Magistrados Brasil x EUA, promovido pelo Instituto Justiça & Cidadania e a *Washington College of Law – American University*.

## ERRATA

- Na 4ª Edição, o servidor Alexandre Krugner Constantino foi vinculado à “Coordenação-Geral de Integridade Privada (DIACI/STPC)”. Onde se lê “DIACI”, leia-se DPI, Diretoria de Promoção da Integridade.
- Ainda na 4ª Edição, a 37ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa – OCDE foi noticiada como evento futuro de novembro equivocadamente. O evento ocorreu em 28 e 29 de outubro de 2019.

### ***VISITA TÉCNICA DE DELEGAÇÃO DA INSPEÇÃO DA SAÚDE DE MOÇAMBIQUE À SFC (Brasília, Brasil, 11-14 de novembro)***

Entre os dias 11 e 14 de novembro, a Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), por intermédio da Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Saúde (CGSAU), recebeu delegação da Inspeção da Saúde de Moçambique. O objetivo da visita foi conhecer a forma de atuação da CGU na avaliação de políticas públicas da área de Saúde, bem como do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em complemento, para oferecer à delegação uma visão da gestão hospitalar, foi realizada visita técnica ao Hospital Universitário de Brasília, com a presença da Auditoria Interna do HUB/UnB e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

O evento ocorreu nas dependências da CGU em Brasília, onde foram apresentadas palestras sobre a metodologia de avaliações de políticas públicas da SFC, contextualização sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), utilização de dados para subsídio dos trabalhos da CGSAU e resultados alcançados. Além disso, foram realizadas visitas ao Denasus, Anvisa e HUB/UnB, que complementaram com uma visão de acompanhamento e de gestão de políticas de Saúde.



*A delegação moçambicana em reunião na CGU com dirigentes da SFC.*

integrantes da delegação moçambicana e demais palestrantes da CGU, Denasus, Anvisa e HUB/UnB. O encerramento do evento contou também com a presença do consultor da Embaixada de Moçambique em Brasília (DF), Arlindo Carlos.

As atividades contaram, com a presença do secretário adjunto da SFC, Gustavo de Queiroz Chaves, do diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública, José Paulo Julieti Barbieri, Coordenador da CGSAU, Alexandre Gomide Lemos, dos auditores Adalberto Felinto e Rodrigo Eloy Arantes, da CGSAU, do inspector-geral de Saúde de Moçambique, Martinho Dgedge, além de mais 5

“A visita possibilitou intensa troca de conhecimentos sobre os Sistemas de Controles Internos e de Saúde dos países, além de ser uma oportunidade para discussões sobre técnicas de planejamento, execução e monitoramento das fiscalizações realizadas”, destacou Alexandre Gomide, Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Saúde.

## FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

### **OCDE - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA – SPIO (Paris, França, 4 e 5 de novembro de 2019)**

A Reunião do SPIO (*Meeting of Working Party of Senior Public Integrity Officials*) contou com a participação da Coordenação-Geral de Integridade Pública da Diretoria de Promoção da Integridade, por meio da Coordenadora-Geral, Carollina Carballido e da servidora Ana Maria Duarte Guimarães, bem como do Diretor de Prevenção à Corrupção, Márcio Denys Gonçalves e do Coordenador-Geral de Inovação, Temístocles Murilo de Oliveira Junior, todos da Secretaria de Transparência e Prevenção à Corrupção.

O SPIO é o grupo de Trabalho da OCDE cujas reuniões e eventos permitem atualização nos temas sobre integridade pública e troca de experiências com demais países, bem como maior aderência às recomendações da Organização. Foram dois dias de apresentações e sessões interativas envolvendo os países membros da OCDE, bem como países participantes do SPIO, como o Brasil, com foco na aprovação do Manual de Integridade Pública (*Integrity Handbook*), com os 13 princípios da Recomendação sobre Integridade Pública do Conselho da OCDE, de 2017 e na aprovação dos indicadores de Integridade Pública para apoiar os países na implementação da Recomendação.

Na reunião, os delegados tiveram a oportunidade de discutir o rascunho completo do Manual de Integridade Pública e fornecer feedback sobre as orientações contidas naquele



documento, para aplicar os princípios na prática e direcionados à realidade de cada país. Os delegados discutiram também os indicadores de Integridade Pública para os Princípios 3, 7, 10, 11, 12 e 13.

Também, a reunião apresentou ferramentas inovadoras para apoiar os delegados na conscientização e no fortalecimento na área de capacitações sobre integridade e dilemas éticos, além de ter possibilitado uma discussão sobre o papel dos órgãos consultivos de integridade.

Nas mesas-redondas, os delegados discutiram as oportunidades e os desafios emergentes para garantir a transparência e a integridade das decisões públicas, abordando a questão das agendas abertas de autoridades e a regulamentação das atividades de representação de interesse (lobby).

Foi apresentada a iniciativa da CGU na regulamentação das atividades de Lobby, pontuando-se a situação atual, no tocante ao credenciamento prévio dos lobistas; a publicidade da agenda de reuniões entre autoridades ou servidores e grupos de interesse em todos os níveis hierárquicos; e a vedação ao recebimento de presentes ou qualquer tipo de benefício por parte dos servidores e agentes públicos.

Ao final do encontro, os delegados foram convidados a participar do projeto piloto sobre indicadores de integridade pública, do qual a CGU fará parte, a partir de 2020, por meio da Coordenação-Geral de Integridade Pública - CGIPUB.

***OCDE - 12ª REUNIÃO DA REDE DE REGULADORES ECONÔMICOS E 21ª REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA REGULATÓRIA (Paris, França, 5-7 de novembro de 2019)***

A CGU participou nos dias 05, 06 e 07 de novembro da 12ª reunião da Rede de Reguladores Econômicos (*Network of Economic Regulators – NER*) e da 21ª reunião do Comitê de Política Regulatória (*Regulatory Policy Committee – RPC*), realizadas na sede da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, na França. As reuniões promovem a discussão de temas relacionados à melhoria da qualidade regulatória, como: independência dos reguladores, mudanças comportamentais no processo de regulação, avaliação de desempenho dos reguladores, cooperação regulatória internacional, princípios da regulação baseada em evidência, papel do legislativo na política regulatória, análise de impacto regulatório, avaliação ex post regulatória e regulação de tecnologias emergentes.

Além da CGU, representada pelo servidor Eduardo Vitor de Souza Leão, da Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Transportes, Portos e Aviação Civil, da Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura (CGTRAN/DI/SFC), a delegação brasileira reuniu servidores da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE/ME), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Água (ANA), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



*O servidor Eduardo Vitor de Souza Leão representou a CGU nas reuniões da NER e do RPC.*

A participação nos eventos proporcionou conhecimento, discussão e troca de experiências com os membros dos países da OCDE como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Austrália, bem como com países que compõem a Rede Ibero-Americana de Melhoria da Qualidade Regulatória sobre as boas práticas implementadas. Também foi possível realizar uma reunião com o embaixador Carlos Márcio Cozendey, delegado do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas em Paris, sobre o processo de acesso do Brasil à OCDE.

Mais importante ainda foi a oportunidade de apresentar à Divisão de Política Regulatória do Comitê de Política Regulatória o projeto de Avaliação da Capacidade Institucional Regulatória (I-CIR), em desenvolvimento na CGU em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), a metodologia e os resultados dos pilotos, com intuito de obter a contribuição da organização, tanto sobre o projeto como apoio junto a financiadores externos ao projeto.

Na oportunidade, a OCDE se mostrou interessada pelo projeto, solicitando toda a documentação (metodologia, indicadores, questionário, etc.) e sugerindo nova interlocução para discussão sobre como pode contribuir. A percepção é de que o projeto é inovador, ambicioso e que pode trazer inputs para avaliações comparativas com outros países membros da Organização. Além disso, solicitou que os resultados sejam apresentados na próxima reunião da Rede de Regulação, em novembro de 2020.

A Rede de Reguladores Econômicos promove o diálogo entre mais de 70 reguladores de todo o mundo que operam em diferentes setores. Os membros da NER compartilham experiências, desafios e soluções inovadoras. Já o Comitê de Política Regulatória é uma plataforma que tem como objetivo auxiliar os países a adaptar políticas, ferramentas e instituições reguladoras. No âmbito do Comitê são discutidos temas como simplificação administrativa, conformidade regulatória, análise de impacto regulatório, transparência e comunicação, e alternativas à regulação.

Esta foi a primeira participação da CGU nas reuniões da NER e do RPC. Essa participação contribuirá ainda mais com o fomento à melhoria regulatória nos órgãos reguladores no Brasil, seja por meio do projeto supramencionado ou pelo papel de relevância no centro de governo, por exemplo no Comitê Interministerial de Governança (CIG).

**OCDE – 60ª SESSÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA PÚBLICA  
(Paris, França, 14-15 de novembro de 2019)**

Nos dias 14 e 15 de novembro de 2019, ocorreu a 60ª Sessão do Comitê de Governança Pública - PGC (*Public Governance Committee*) da OCDE, que congrega diferentes grupos temáticos ligados à governança pública. Atualmente, os temas em foco no PGC são: inovação no serviço público; avaliação de políticas públicas; *lobbying*; conflito de interesses; integridade; riscos; funcionalismo; infraestrutura; acesso à justiça; e política de gênero na administração pública.

Esta última sessão contou com a participação da auditora Maria Fernanda Colaço Alves, lotada na Coordenação-Geral de Inovação de Prevenção à Corrupção (CGINOVA) da Diretoria de Prevenção da Corrupção (DPC) da STPC, bem como de representantes da Casa Civil e do Ministério das Relações Exteriores.

O primeiro destaque da sessão foi a discussão do documento de proposta de uma “Estrutura para Boa Governança Pública”, que reforça o significado de boa governança, relacionando-o aos valores da democracia, Estado de Direito, respeito aos direitos humanos, transparência, economia de mercado, ética e integridade. Por meio desse documento, busca-se enfatizar que a boa governança não compreende apenas produzir resultados, mas também a forma como se chega a eles, com foco na ética e na integridade em todas as ações. Para tanto, a estrutura proposta consolida diversas fontes e normas sobre boa governança, servindo como material de consulta para organizações governamentais que atuam na coordenação e avaliação de políticas públicas.

Outro destaque na sessão referiu-se à posição reiterada pela necessidade de se aprimorar o uso de evidências para formulação e avaliação de políticas públicas, assunto que atravessou as diversas pautas de discussão. Entre os representantes da OCDE e dos países participantes reverberou-se a ideia sobre a dificuldade de se gerenciar o que não se consegue mensurar, destacando-se a urgência atribuída à ampliação da qualidade e do uso de dados mensuráveis na administração pública. Muitos desafios e gargalos foram debatidos e os trabalhos sobre o tema continuarão nas próximas sessões.

Verificou-se ainda tendência de reforço nas recomendações e esforços pelo aperfeiçoamento de metodologias para o desenvolvimento e melhoria de indicadores para o setor público, enfatizando-se a importância do uso de surveys para coleta de dados junto a cidadãos e agentes públicos. O foco desse aperfeiçoamento estaria voltado principalmente para a avaliação de resultados e impactos, além da qualidade do serviço público. Também foi discutida proposta de normatização do compartilhamento de dados e salvaguarda de direitos no uso de informações de cidadãos pelo setor público.

Foi ainda apresentado o documento intitulado “Panorama das Administrações Públicas”, que representa uma das principais publicações internacionais em análise comparada sobre o setor público. O Brasil figura na publicação regional sobre a América Latina e Caribe, cuja próxima edição será lançada em 2020.

## ***CPLP – IX CONFERÊNCIA ANUAL DOS ORGANISMOS ESTRATÉGICOS DE CONTROLE INTERNO***

***(Brasília, Brasil, 26-28 de novembro de 2019)***

Anualmente, os países constituintes dos Organismos Estratégicos de Controle Interno da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OEI-CPLP) participam de Reuniões Técnicas e uma Conferência com o objetivo de trocar experiências e boas práticas, visando a elaboração de documentos relacionados à temática da auditoria interna governamental e ao desenvolvimento profissional de seus auditores.

Em 2019, o país anfitrião dos eventos foi o Brasil, conforme acordado no “Memorando de Luanda”, assinado em 2018. Coube a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) sediar e organizar duas Reuniões Técnicas e a IX Conferência Anual dos OEI-CPLP.

Nesse contexto, no dia 26 de novembro, foi realizada a segunda Reunião Técnica dos membros para a finalização dos documentos: “Guia de Planejamento/Planeamento e Execução de Auditoria” e “Memorando de Brasília”. Nos dias 27 e 28, no Palácio do Itamaraty, teve lugar a IX Conferência Anual dos OEI-CPLP com a participação de representantes dos seguintes países: Angola; Brasil; Cabo Verde; Moçambique e Portugal.

A abertura foi realizada pelo Embaixador Marcos Raposo Lopes da Ciset do Ministério de Relações Exteriores e pelo Secretário-Executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho. Na sequência, o Secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Bezerra Leonel, deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou a importância da realização dos eventos dos OEI-CPLP.

Durante a IX Conferência, os países apresentaram, em linhas gerais, a forma como planejam e executam auditorias e ressaltaram a importância do alinhamento às normas e boas práticas internacionais no desempenho da atividade de auditoria. Como resultado da Conferência, estabeleceu-se o compromisso de adotar o “Guia de Planejamento/Planeamento e Execução de Auditoria” como referencial técnico, com as adaptações que forem necessárias face às especificidades de cada país, e de encaminhar eventuais contribuições de atualização ao Grupo Técnico Permanente, unidade responsável por reunir, sistematizar e difundir as contribuições recebidas.

Foi aprovado também o “Memorando de Brasília” que estabelece a responsabilidade de Cabo Verde para sediar e organizar os eventos dos OEI-CPLP em 2020. O tema a ser tratado na X Conferência Anual de 2020 será “O Controle das Aquisições Públicas”.

O encerramento contou com a presença do Ministro da CGU, Wagner de Campos Rosário, do Embaixador Marcos Raposo Lopes da Ciset do MRE; do Secretário-Executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho, e do Secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Bezerra Leonel.



*Dirigentes da CGU e os delegados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal no encerramento da Conferência.*

Os documentos aprovados na Conferência estão disponíveis em <https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/handle/1/273>

***OCDE – 2º ENCONTRO DA REDE DE GOVERNOS ABERTOS E INOVADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE e ENCONTRO DOS PONTOS DE CONTATO DA AMÉRICA LATINA PARA A PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO (Cali, Colômbia, 26-28 de novembro de 2019)***

Entre os dias 26 e 27 de novembro de 2019, foi realizado o 2º Encontro da Rede de Governos Abertos e Inovadores da América Latina e do Caribe da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), iniciativa que o Brasil co-preside com o Governo da Colômbia. No primeiro encontro da Rede após o tema de Governo Aberto ter sido incorporado às atividades do Comitê de Governança Pública da OCDE, foram discutidos temas relativos à incorporação da política de governo aberto no centro de governo, desafios para um modelo de Estado Aberto, governo digital, abertura de dados, combate à corrupção, entre outros temas.

O Diretor de Transparência e Controle Social da CGU, Otávio Neves, apresentou a experiência brasileira com transparência para a promoção da integridade e o combate à corrupção, enfatizando casos concretos a partir do Portal de Transparência e da Política de Dados

Abertos. Também moderou o painel sobre dados abertos governamentais para a promoção de governos abertos e íntegros.

Além dos países da região, estavam presentes representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), do Open Data Charter, da Parceria para Governo Aberto (OGP), além de representações de governos locais, como a prefeitura de São Paulo.

No dia 28, foi realizado encontro dos Pontos de Contato da América Latina para a Parceria para Governo Aberto, no qual se promoveu troca de experiências com os países da reunião, ofertou-se oficina sobre o desenho de compromissos de governo aberto e se discutiu com a unidade de apoio da OGP possíveis melhorias no funcionamento da instituição internacional. Também nesta data a OCDE realizou reunião sobre comunicação pública e governo aberto, da qual a CGU participou como ouvinte.

***ONU – OITAVA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO - COSP (Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, 16-20 de dezembro de 2019)***

O ministro Wagner Rosário chefiou a delegação do Brasil que participou da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). O objetivo do encontro, que ocorre a cada dois anos, foi a troca de experiências entre os países sobre prevenção e combate à corrupção, bem como o alcance do desenvolvimento sustentável em relação ao tema. Além de servidores da CGU, também fizeram parte da delegação representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores e do Tribunal de Contas da União.



*O ministro Wagner Rosário proferindo discurso na plenária da Conferência.*

O encontro promoveu o debate de 15 resoluções propostas por diversos países. Dentre elas, o Brasil, por iniciativa da CGU, propôs a resolução “Promoting integrity in the public sector among States parties to the United Nations Convention against Corruption”. Durante sua negociação, 15 países co-patrocinaram o documento, que, dentre outras disposições, conclama todos Estados Partes a estabelecer “... programas de integridade customizados para órgãos públicos que sejam compatíveis com seu tamanho, complexidade, estrutura e área de atuação, com vistas a criar um arcabouço para prevenir, detectar e impedir atos de corrupção” (ponto operativo 2 da Resolução 8/3, disponível em [https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/COSP/session8/Advance\\_unedited\\_resolutions\\_final.pdf](https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/COSP/session8/Advance_unedited_resolutions_final.pdf)).

Outro destaque na Conferência foi a assinatura de Memorando de Entendimento entre a CGU e a Agência Francesa Anticorrupção (AFA), no qual os órgãos se comprometem à troca de experiências e boas práticas na promoção da integridade tanto no setor público quanto no setor privado, além de assistência técnica para atividades operacionais.

Além disso, a convite da AFA, a CGU aderiu à Rede de Autoridades de Prevenção à Corrupção, existente no âmbito do Conselho da Europa, com o objetivo de promover a troca de informações, inteligência e boas práticas entre as autoridades signatárias. Já assinaram até o momento Itália, França, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Estônia, Grécia, Montenegro, Romênia, Sérvia, República da Eslováquia, Eslovênia, Ucrânia, Albânia, Moldávia, Dinamarca, Benin, Jordânia, Marrocos, Macedônia e Tunísia.

A cobertura completa da Missão está disponível em <https://cgugovbr.sharepoint.com/sites/IntraCGU/SitePages/Wagner-Rosário-chefia-delegação-brasileira-em-evento-da-ONU.aspx>.

## EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

### **SCCE – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DA BASIC COMPLIANCE & ETHICS ACADEMY (Buenos Aires, Argentina, 11-14 de novembro de 2019)**

O servidor Gustavo Tardelli, da Diretoria de Acordos de Leniência, participou do programa de educação continuada *Basic Compliance & Ethics Academy* promovido pela *Society of Corporate Compliance and Ethics* (SCCE), na cidade de Buenos Aires, na Argentina, entre os dias 11 a 14 de novembro de 2019.

A SCCE é uma das mais prestigiadas organizações de capacitação e certificação em matéria de *compliance* com atuação internacional. O programa *Academy* ocorre em variadas cidades ao redor do mundo a cada ano, direcionado a profissionais de *compliance*, proporcionando aos seus participantes treinamento especializado orientado para profissionais com atuação nas áreas de *compliance* e programas de integridade, gerenciamento de risco, auditoria e advocacia de conformidade. Um dos diferenciais do treinamento é o acesso a informações mais recentes das práticas de conformidade adotadas por profissionais no mundo.

A capacitação permitiu aprofundar os conhecimentos em matéria de *compliance* e ética organizacional e tomar ciência a respeito das melhores práticas aplicadas no meio empresarial em termos internacionais. O estudo a respeito dos melhores fundamentos e práticas de *compliance* teve o objetivo de dotar o servidor de conhecimentos específicos para a adequada

análise das informações sobre os procedimentos e documentação de *compliance* adotados por empresas proponentes de acordos de leniência, de modo a avaliar a relevância e confiabilidade de informações fornecidas pelas empresas durante a fase de negociação desses acordos.

A CGU leva em consideração a existência e a aplicação de programas de integridade de pessoas jurídicas que tenham praticados atos contra a administração pública para a dosimetria das sanções da Lei Anticorrupção, além disso a adoção ou aperfeiçoamento desses programas constitui disposições específicas dos acordos de leniência. Trata-se de uma abordagem moderna para a construção de uma estratégia integral de prevenção e combate à corrupção, que extrapola os limites da ação estatal. Do ponto de vista preventivo, o fomento ao comprometimento das empresas em adotar condutas éticas e com o funcionamento de estruturas gerenciais voltadas ao cumprimento normativo (“fazer a coisa certa”) implica uma melhoria no ambiente de negócios no que diz respeito à inibição de práticas ilícitas. Por outro lado, sob a ótica da repressão, um elemento essencial nos programas de integridade é justamente o canal de denúncias, a partir do qual pode ser dada ciência às instâncias competentes de atos eventualmente ilícitos ocorridos no âmbito das empresas, para as medidas sancionatórias pertinentes.

O curso contemplou tópicos relacionados a procedimentos para implementação de programas de compliance e de ética organizacionais efetivos, discorrendo sobre elementos da infraestrutura de compliance, gerenciamento de riscos, investigação de desconformidades, auditoria e monitoramento e avaliação de programas de integridade.

***ENAP/UNIVERSIDADE DE ROMA TOR VERGATA – CURSO BOAS PRÁTICAS EM COMPRAS PÚBLICAS  
(Roma, Itália, 18-22 de novembro de 2019)***

Entre os dias 18 e 22 de novembro, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos Latino Americanos da Universidade de Roma Tor Vergata, realizou o curso “Boas Práticas em Compras Públicas: Conhecendo a experiência europeia para refletir o Brasil”, em Roma.

A capacitação faz parte do Programa de Formação de Altas Lideranças do Executivo Federal, com foco nos mecanismos mais exitosos de compras governamentais da União Europeia (incluindo o Reino Unido e a Organização Mundial do Comércio) e, a partir disso, induz a reflexão sobre a realidade brasileira. A servidora Léa Marques Oliveira, da Secretaria Federal de Controle, representou a CGU no evento.





A servidora Léa Marques em visita à  
National Anti-Corruption Authority da Itália.

Este programa avançado de capacitação tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de competências com foco na gestão de organizações complexas, no desenho de políticas públicas inovadoras e no mapeamento de novos instrumentos para tomada de decisão. Contempla atividades no Brasil e no exterior, baseadas em metodologia prático-reflexiva, onde a experiência do sujeito é fonte de produção de conhecimentos a partir do diálogo como instigador da reflexão sobre a práxis.

O curso visou estimular o estudo em nível internacional e comparado das boas práticas em compras públicas, e viabilizar reflexão acerca do papel da Administração Pública para alcançar resultados efetivos. O evento de capacitação contou com palestras e visitas a instituições do governo italiano, com vistas a apresentar aos participantes os pontos

práticos do sistema italiano e europeu na área de compras públicas.

Um dos pontos altos do evento foi a visita realizada na *National Anti-Corruption Authority* (ANAC), oportunidade em que foi apresentada a atuação da autoridade administrativa independente italiana encarregada de combater a corrupção no país.

### ***L'ENA – PROGRAMME INTERNATIONAL COURT – “FIGHTING CORRUPTION IN 2019” (Paris, França, 10-20 de dezembro de 2019)***

O servidor Dielson Claudio dos Santos, da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo (CGU/R-ES), participou da capacitação promovida pela *l'École Nationale d'Administration* (l'ENA), denominada *Programme International Court – “Fighting Corruption in 2019”*, realizado na cidade de Paris (França), entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2019.

A capacitação foi patrocinada pelo Governo Francês e contou com a presença de 45 participantes de 22 países, sendo dois participantes brasileiros. Houve palestras de representantes da Agência Anticorrupção da França, Interpol, GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Polícia da França, dentre outros.

O objetivo do treinamento foi, além do compartilhamento de experiências entre os participantes do curso que atuam na defesa do patrimônio público, adquirir e consolidar conhecimentos sobre o combate à corrupção; desenvolver habilidades acerca da detecção de corrupção, conhecer sobre ações internacionais de combate à corrupção, fortalecer o entendimento sobre ferramentas de prevenção e avaliação de risco, e mobilizar outras partes interessadas sobre a necessidade de envolvimento no combate à corrupção.”



*O servidor Dielson Claudio dos Santos em suas aulas na L'ENA.*

Dentre alguns dos temas apresentados durante a capacitação, podemos destacar os resultados de trabalhos e estudos decorrentes de ações da OCDE. De acordo com Lise NEE, Agente da Divisão Anticorrupção da Organização, a importância da cooperação entre agências de defesa do patrimônio público no nível doméstico e internacional é fundamental, sendo necessário garantir a cooperação no

compartilhamento de informações entre as autoridades nacionais relevantes, tais como agentes de regulação financeiros, autoridades fiscais e policiais, bancos, inclusive, utilizando-se de canais de cooperação informais.

Alguns dos resultados apresentados em números do “Foreign Bribery Report” (OCDE, 2014) informam: 184 empresas e 560 indivíduos foram sancionados por suborno estrangeiro em 17 Estados Partes; 125 indivíduos foram condenados à prisão; 500 investigações estavam em andamento em 30 Estados Partes; foram apresentadas acusações criminais contra 146 indivíduos e 9 empresas em 11 Estados Partes. Ressalte-se que esses números são de 2014, ano do último relatório sobre suborno estrangeiro.

Destacou-se também que 2/3 dos casos de corrupção ocorrem em quatro setores: Extração; Construção; Transporte; Comunicações e Tecnologia da Informação. Também 2/3 dos casos envolveram países desenvolvidos. Além disso, 53% dos casos de corrupção envolviam participação de corpo diretivo das empresas, inclusive CEO's e 57% dos casos estavam relacionados a suborno para obtenção de contratos públicos.

Por fim a representante da OCDE, concluiu que *“os setores comercial e financeiro têm um papel fundamental a desempenhar na melhoria da integridade e responsabilidade corporativa, promovendo o crescimento por meio de um ambiente propício à atração de investimentos estrangeiros. As empresas enfrentam sérios riscos legais e consequências de reputação ao se envolverem em suborno. O suborno também é estrategicamente uma má decisão para as empresas pois:*

- *Aumenta o custo de fazer negócios;*
- *Cria incerteza nos negócios; e*
- *Dificulta a inovação”.*

### **BETT SHOW LONDON**

***(Londres, Reino Unido, 19-25 de janeiro de 2020)***

Entre os dias 19 e 25 de janeiro, a Coordenadora-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social – Substituta, Larissa Andrade, e a Chefe de Divisão da Área de Educação Cidadã, Audria



As servidoras Larissa Andrade e Audria Constantin em visita à Danesfield School.

Constantin, participaram da programação exclusiva da Delegação Bett Brasil & Microsoft na edição 2020 da Bett Show London.

A Bett Show (British Educational Training and Technology Show) é o maior evento mundial de educação e

tecnologia, o qual sedia uma feira com as maiores empresas de tecnologia do mundo, incluindo as Startups mais inovadoras, apresentando seus produtos e apontando tendências na área educacional. Conta, também, com seminários para o debate de sistemas e práticas educacionais de vários países.

O evento é destinado a gestores de instituições de ensino (desde a escola infantil até universidades), professores e reitores, representantes de governo, ONGs, profissionais de tecnologia da informação, especialistas em ensino a distância e estudantes.

Um dos destaques da programação incluiu a visita à *Danesfield School*, uma escola para crianças entre 4 a 11 anos considerada uma das mais inovadoras da Inglaterra. As servidoras presenciaram o ensino e a aprendizagem em ação e conversaram com professores e alunos. Houve também uma apresentação da diretora da escola sobre o impacto do *Microsoft Education* nas salas de aula e como a escola usou a tecnologia de maneira criativa para impactar o desempenho dos alunos e professores.

Durante a realização da Bett Show, as servidoras reuniram-se ainda com os organizadores da edição brasileira do evento – Bett Educar para tratar das melhores estratégias para organização e divulgação do estande que a CGU provavelmente terá na próxima Bett Educar, que acontecerá em São Paulo, entre os dias 12 e 15 de maio deste ano, para apresentar todos os materiais desenvolvidos no âmbito da universalização e ampliação do Programa Um Por Todos e Todos Por Um em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Instituto Cultural Mauricio de Sousa (IMS).

## EVENTOS FUTUROS

### Gabinete do Ministro

---

#### FEVEREIRO

3-6

Riade, Arábia Saudita

G20 – Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção.

**25-27**

Nicósia, Chipre

ONU – Segundo Ciclo de Avaliação do Chipre no âmbito da Convenção da ONU contra a Corrupção – visita *in loco* dos países avaliadores (Brasil e Micronésia).

**27-29**

Washington D.C., Estados Unidos

VI Encontro de Magistrados Brasil x EUA, promovido pelo Instituto Justiça & Cidadania e a *Washington College of Law – American University*.

## ERRATA

- Na 4ª Edição, o servidor Alexandre Krugner Constantino foi vinculado à “Coordenação-Geral de Integridade Privada (DIACI/STPC)”. Onde se lê “DIACI”, leia-se DPI, Diretoria de Promoção da Integridade.
- Ainda na 4ª Edição, a 37ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa – OCDE foi noticiada como evento futuro de novembro equivocadamente. O evento ocorreu em 28 e 29 de outubro de 2019.